

**HABEAS CORPUS Nº 548.729 - RJ (2019/0357338-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DAPHINE ALMEIDA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : DAPHINE ALMEIDA DOS SANTOS - SP227445  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : WELLINGTON SANTOS DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELLINGTON SANTOS DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 0070115-80.2019.8.19.0000 (relator o Desembargador Celso Ferreira Filho).

Os autos dão conta de que o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ, ao receber a denúncia, decretou a prisão preventiva do ora paciente (e-STJ fls. 32/33), isto porque, segundo narra a peça acusatória (e-STJ fls. 35/37):

No dia 07 de maio de 2017, por volta das 23 horas e 25 minutos, na Rua Antônio Saraiva, nº 39, casa 04, Cavalcanti, nesta Comarca, o DENUNCIADO, com vontade livre e consciente, animus necandi, desferiu diversos golpes com um facão contra as vítimas CLECIANA SOARES SILVA e ANTHONY HELENO SILVA BARBOSA, sendo certo que os crimes somente não se consumaram por circunstâncias alheias à vontade do denunciado, em razão de a vítima CLECIANA SOARES SILVA ter acordado, passado a defender a vítima menor, Anthony, e gritar por socorro.

Consta dos autos do presente procedimento que após o ex-casal ter se desentendido, o DENUNCIADO aguardou até a sua companheira CLECIANA SOARES SILVA e o seu enteado ANTHONY HELENO SILVA BARBOSA, que à época dos fatos contava com 07 (sete) anos, adormecerem para se munir com um facão e se trancar no interior do quarto onde as vítimas se encontravam.

Ato contínuo, o DENUNCIADO, munido do referido facão, desferiu inúmeros golpes contra as vítimas, acertando a vítima CLECIANA SOARES SILVA na região de seu peito, ombro, costas, nuca e cabeça, e a vítima ANTHONY HELENO SILVA BARBOSA na região da escápula, conforme Laudos de Exames de Corpo Delitos de fls. 20/21 e 33/35.

Os crimes de homicídio tentado foram cometidos mediante o emprego de recurso que dificultou as defesas dos ofendidos, tendo em vista que o DENUNCIADO iniciou as agressões quando as vítimas encontravam-se dormindo.

Agiu o DENUNCIADO impelido por motivo fútil, qual seja, ciúmes.

Tem-se que, após não conseguir matar as vítimas em razão destas terem acordado e começado a gritar e pedir socorro, o DENUNCIADO ameaçou CLECIANA SOARES SILVA e ANTHONY HELENO SILVA BARBOSA, deixando clara a intenção de atentar contra sua vida, na medida em que afirmou que "VOU MATAR OS DOIS", conforme termo de declaração acostado às fls. 26/27 dos autos.

Por fim, tem-se que os crimes foram praticados no âmbito de uma relação íntima de afeto, eis que o agressor é ex-companheiro da vítima CLECIANA SOARES SILVA. Desta maneira, a agressão psicológica suportada por esta, consistente em conduta causadora de dano emocional, constitui forma de violência doméstica e familiar.

Em virtude de ter assim agido, encontra-se o DENUNCIADO incurso nas sanções previstas no artigo 147, (02 vezes), do Código Penal, na forma da Lei 11.340/2006, no artigo 121, § 2º, incisos II, IV e VI, n/f do §2º-A, inciso I, este c/c o artigo 14, inciso II, do mesmo Diploma Legal, e no artigo 121, §2º, incisos II e IV, este c/c o artigo 14, ambos do Código Penal, e todos na forma do artigo 69 do Código Penal.

Posteriormente, o pedido de revogação da prisão formulado em benefício do paciente foi indeferido (e-STJ fl. 18).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 19/20).

Na presente impetração, a defesa alega, em suma, que "*o decreto de prisão preventiva expedido pela autoridade coatora mostra-se totalmente desprovido de qualquer fundamentação válida*" (e-STJ fl. 6).

Ressalta que "*o Paciente possui residência fixa, emprego, bons antecedentes, nunca foi processado e julgado, e conta apenas com 19 anos de idade*" (e-STJ fl. 11).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente (e-STJ fls. 3/15).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe

*habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas

# *Superior Tribunal de Justiça*

ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator